

# Um ano de pandemia



## COMO ESTÁ O ESTADO DE SAÚDE DA ADVOCACIA DE NEGÓCIOS?

Um ano depois do início da pandemia, o setor da advocacia mudou de hábitos e tornou-se mais digital. A pandemia trouxe desafios muito exigentes e estratégicos a todas as empresas, e as sociedades de advogados não foram exceção.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**  
Fotografias **D.R**

**A**No dia 2 de março o país parou-se com a notícia do primeiro caso de Covid-19 em Portugal. 16 dias depois foi decretado o Estado de Emergência e o país parou e confinou durante cerca de dois meses.

Cerca de um ano depois, o impacto que a pandemia teve no país, como no mundo, ainda não é quantificável, mas vários são já os contornos visíveis, seja na economia, seja nas próprias empresas.

“A pandemia trouxe desafios muito exigentes e estratégicos a todas as empresas e estamos a levá-los muito a sério: se até à pandemia, arrisco dizer, o cuidado das lideranças com o bem estar das equipas e com o tema da saúde mental era algo de que sobretudo se falava, hoje, no contexto atual, é de facto um tema que nos mobiliza, a par da nossa atividade core, que é a prestação de serviços aos nossos clientes”, refere Eduardo Nogueira Pinto, sócio da PLMJ e membro do conselho de administração.

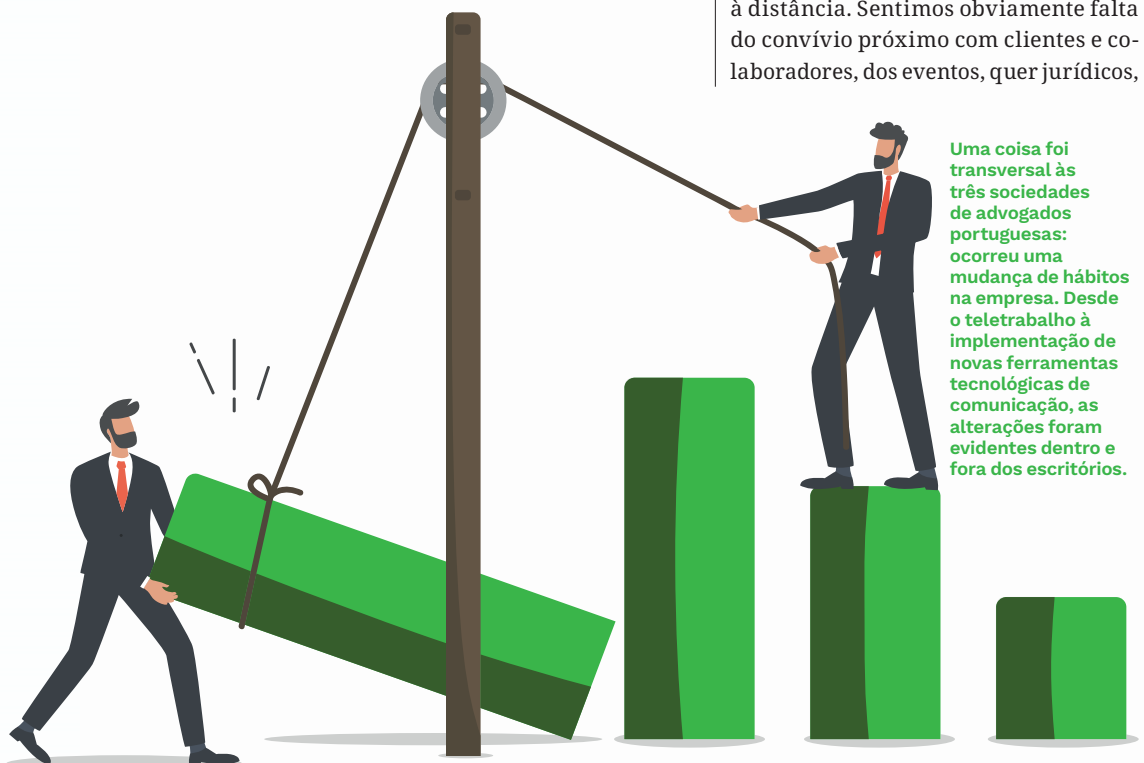
Segundo o advogado, este ano de pandemia foi centrado nas pessoas, sendo elas a principal preocupação da firma, bem

como no reforço da comunicação interna, quer sobre os temas mais institucionais do escritório, quer na criação de um conjunto de ferramentas de reforço de *engagement* à distância.

“Ao nível do trabalho desenvolvido para clientes, foi um ano de trabalho muito intenso e 2021 dá sinais de acelerar ainda mais. Se em 2020 se tratou de apoiar os nossos clientes na adaptação da sua atividade a todo este contexto que gerou a necessidade de ajustamentos de vária ordem, bem como adaptação a uma torrente de nova legislação, em 2021 vamos ver outro tipo de trabalho. Fusões e aquisições, carteiras de crédito malparado, reestruturações e insolvências serão áreas particularmente ativas”, sublinha Eduardo Nogueira Pinto.

Relativamente à área que coordena na PLMJ, de saúde, ciências da vida e farmacêuticas, o sócio garante que vai continuar a existir trabalho específico relacionado com o combate à situação pandémica, mas também com o *market access*, sobretudo de soluções terapêuticas inovadoras.

Também na Abreu Advogados, apesar do ano atípico, o balanço é positivo. “Conseguimos manter-nos a funcionar à distância. Sentimos obviamente falta do convívio próximo com clientes e colaboradores, dos eventos, quer jurídicos,





Duarte de Athayde  
MANAGING PARTNER DA ABREU ADVOGADOS

## O prognóstico dos três advogados é que as mudanças impostas pela Covid-19 possam vir para ficar no período pós-pandemia, pelo menos algumas delas.

quer culturais, que preenchiam a agenda do nosso escritório, e das grandes operações que ficaram adiadas”, nota Duarte de Athayde, *managing partner* do escritório.

Webinars e iniciativas de sustentabilidade foram alguns dos programas promovidos pela Abreu Advogados de forma a unir os membros das equipas.

Na Moraes Leitão, antes da pandemia eclodir, já tinham disponíveis ferramentas digitais que permitiam o teletrabalho, apesar de nunca terem sido testadas nesta escala.

“Este ano que passou foi profundamente exigente, porventura o mais exigente das nossas vidas, quebrando várias barreiras. Para o escritório, essa tem sido a prioridade: garantir as melhores condições individuais, o bem-estar de cada pessoa, salvaguardando desta maneira a existência coletiva”, refere Nuno Galvão Teles, *managing partner*.

À *Advocatus*, o líder da Moraes Leitão admite que nunca a colaboração e a força

das equipas foram tão importantes e para os clientes fizeram questão de manter “*business as usual*”. “A porta podia estar encostada, com a recomendação para a reunião digital, mas os temas e assuntos não deixaram de avançar com a pressão habitual”, acrescenta.

### PANDEMIA MUDOU OS HÁBITOS DAS FIRMAS

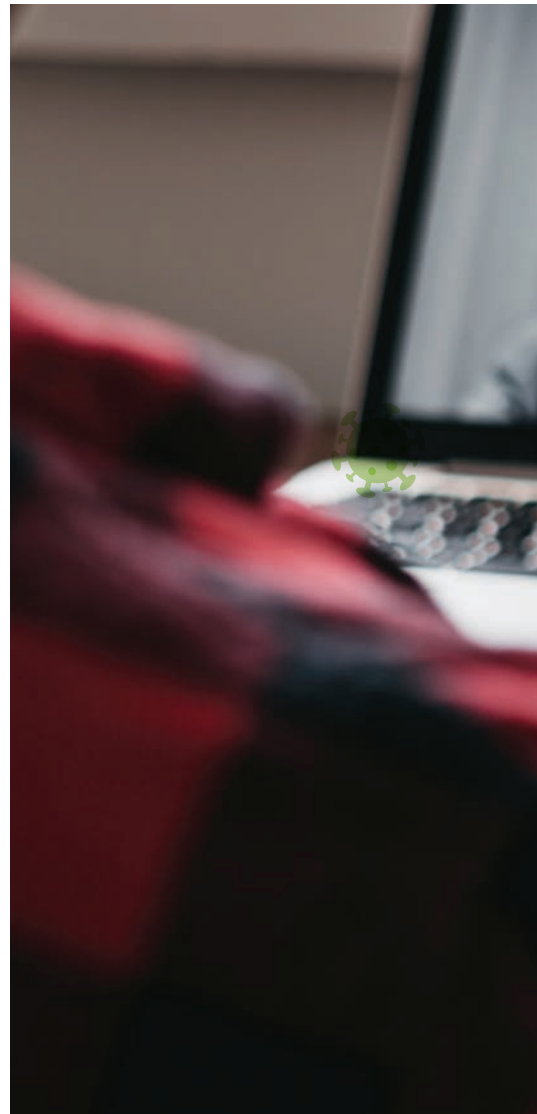
Uma coisa foi transversal às três sociedades de advogados portuguesas: ocorreu uma mudança de hábitos na empresa. Desde o teletrabalho à implementação de novas ferramentas tecnológicas de comunicação, as alterações foram evidentes dentro e fora dos escritórios.

“Houve hábitos que mudaram pela necessidade do regime de trabalho remoto, mas na verdade falamos mais de uma reconversão dos formatos. Continuámos a ter reuniões com clientes, a produzir eventos e a fazer formações; as equipas mantiveram as suas reuniões semanais de planea-

mento e gestão de projetos, partilhámos conhecimento e promovemos diversas interações entre colegas. Esses hábitos não se alteraram”, reforça o *managing partner* da Abreu Advogados.

Para Nuno Galvão Teles existem vantagens com a digitalização, como ganhos de eficiência, que vêm reforçar uma tendência que a Moraes Leitão já acompanhava, “de uso crescente de ferramentas de *legal tech* e de inteligência artificial”.

“Para dar um exemplo muito concreto, fomos pioneiros no uso do Luminance, uma ferramenta de IA com um impacto brutal na eficiência das transações e nos serviços prestados ao cliente, tendo até “treinado” o *software* para as cláusulas portuguesas. Há muito que fomentamos a gestão documental segura, com partilha digital de documentos com o cliente

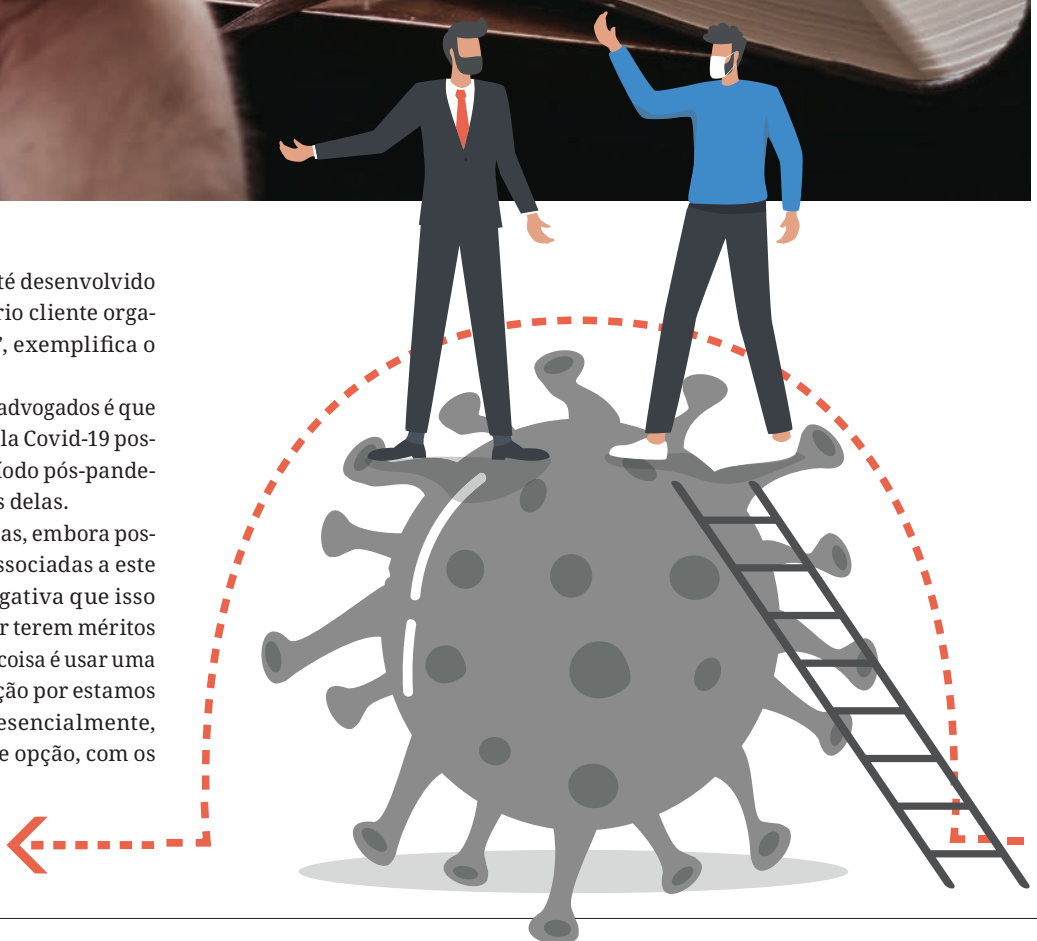




de forma segura, tendo até desenvolvido repositórios para o próprio cliente organizar a sua informação”, exemplifica o *managing partner*.

O prognóstico dos três advogados é que as mudanças impostas pela Covid-19 possam vir para ficar no período pós-pandemia, pelo menos algumas delas.

“Algumas das mudanças, embora possam ainda estar muito associadas a este período, com a carga negativa que isso implica, vão perdurar por terem méritos que valem para dele. Uma coisa é usar uma plataforma de comunicação por estarmos impedidos de reunir presencialmente, outra é fazê-lo como livre opção, com os





*Eduardo Nogueira Pinto*  
SÓCIO DA PLMJ

benefícios de comodidade, economia de tempo e até de sustentação ambiental; uma coisa é uma solução de recurso imposta pelas circunstâncias (e pela lei), outra é o alargamento da liberdade de escolha”, explica Eduardo Nogueira Pinto.

Duarte de Athayde considera que a advocacia é uma atividade que vive do conhecimento, da aprendizagem, da partilha e do trabalho em equipa e isso é algo que acredita que irá voltar após a pandemia. Ainda assim, há velhos hábitos que irão ficar no passado.

“Aquelas viagens de negócios a Madrid ou a Londres para reuniões de uma hora tão cedo não vão voltar a acontecer. O que não é necessariamente negativo porque agora mais do que nunca existe a consciência de que por vezes uma sessão de Zoom é mais do que suficiente para estarmos presentes e o impacto ambiental inerente é significativamente reduzido. Esta pandemia obrigou-nos a focar no essencial e a avaliar as nossas prioridades e tem-nos dado muitas pistas para um futuro mais sustentável”, sublinha.

O regime de teletrabalho, sempre que possível, é adotado atualmente pelas firmas, com exceção de determinadas funções que não podem ser cumpridas em a partir de casa.

“Temos implementadas condições para que todo o trabalho seja feito remotamente, com exceção de serviços não compatíveis com essa modalidade, e que são incontornáveis dada a nossa atividade, como por exemplo os correios. De resto, a indicação é de teletrabalho para toda a PLMJ”, conta Eduardo Nogueira Pinto.

#### SETOR MANTÉM-SE RESILIENTE

Um ano depois ainda existem vários desafios para os escritórios e segundo Duarte de Athayde a comunicação é o maior deles, principalmente a interna.

“A proliferação de legislação obrigamos a um exercício contínuo de comunicação entre nós e com os nossos clientes. O recrutamento, a formação e a integração de pessoas neste último ano também tem sido um desafio, o que nos tem obrigado a inovar em formatos e ações, mas que ao mesmo tempo nos tem dado um especial gozo, pois temos feito coisas muito diferentes, mas com assinalável sucesso”,

Entre as novidades lançadas pela firma está a Abreu Sustainability School, um novo programa, lançado em setembro, 100% digital e onde tiveram cerca de 50 estudantes inscritos por dia.

“A sustentabilidade de qualquer empresa depende de antecipar o futuro e é

esse o nosso *mindset* permanente. Temos conseguido, até ao momento, ser bem-sucedidos na adaptação a toda esta situação e queremos sair dela com as equipas ainda mais coesas, flexíveis e preparadas para os desafios presentes e futuros dos nossos clientes”, nota o sócio da PLMJ.

Os advogados acreditam que o setor da advocacia, apesar de resiliente e com capacidade de adaptação, não será imune à pandemia, mas defendem que daqui a um ano muitos dos desafios que o setor superou em 2020 ainda permanecerão.

“Até certo ponto, a advocacia não depende da boa saúde da economia. A advocacia sofisticada vibra com uma economia pujante e torna-se essencial num momento de crise. Os serviços jurídicos são sempre necessários, seja na aquisição ou no investimento, seja na reestruturação, refinanciamento e apoio à reformulação dos modelos de negócio dos clientes ou mesmo à insolvência”, refere Nuno Galvão Teles.

Já Duarte de Athayde espera que as áreas de contencioso e reestruturação de empresas tenham um crescimento consistente, embora isso não signifique um declínio das práticas transacionais.

“As crises económicas por norma traduzem-se em oportunidades nas áreas de M&A e as adversidades do mercado resultam em respostas regulatórias e estatais, medidas de apoio à economia, programas de estímulo, reformas no trabalho e outras alterações do mercado que quase sempre contribuem para a necessidade de serviços jurídicos de qualidade”, acrescenta o *managing partner* da Abreu Advogados.

Para Eduardo Nogueira Pinto um dos maiores desafios da história recente é a reerguer a economia portuguesa após o abalo da pandemia

“Antes ainda de ultrapassar a pandemia, temos de levar adiante um plano de vacinação muito exigente, que é condição essencial não só para ultrapassar a crise sanitária, como para repor a plena normalidade na vida económica e social do país”, refere.

Segundo o sócio da PLMJ não se pode perder mais tempo em disputas e polémicas a respeito do plano de vacinação e todos os agentes de saúde que possam acrescentar qualidade e celeridade ao processo de vacinação devem ser chamados a colaborar neste objetivo.

“No plano económico os esforços devem concentrar-se na recuperação do investimento, pois, a prazo, só o investimento pode criar riqueza para ajudar a reconstruir o que foi abaixo, apoiar quem mais sofreu, e caminhar no sentido de uma menor dependência externa. Vamos ter um apoio fundamental com os fundos estruturais e sua utilização deve ter sempre no horizonte a recuperação do investimento, seja através de reformas (na organização do Estado, na justiça, na fiscalidade, na saúde, naturalmente) que custam dinheiro, mas trazem benefícios duradouros, seja através de estímulos a quem esteja de facto empenhado em criar riqueza, conhecimento, emprego, redistribuição, estabilidade e qualificação”, nota.

Mas para Nuno Galvão Teles, só com resiliência, com reinvenção e com apostas em setores fortes e sobretudo com interesse para investidores externos é que a economia conseguirá se reerguer.

“As condições que assistiram à recuperação dos últimos cinco anos não desapareceram. Num cenário de taxas de juro baixas, e de muita liquidez, é fácil antecipar que o interesse dos investidores também não desapareceu. Do ponto de vista de M&A, 2020 não foi um ano fraco, pelo que não há razão para antecipar grandes diferenças”, sublinha. ●

**Os advogados acreditam que o setor da advocacia, apesar de resiliente e com capacidade de adaptação, não será imune à pandemia, mas defendem que daqui a um ano muitos dos desafios que o setor superou em 2020 ainda permanecerão.**



*Nuno Galvão Teles*  
MANAGING PARTNER DA MORAIS LEITÃO

